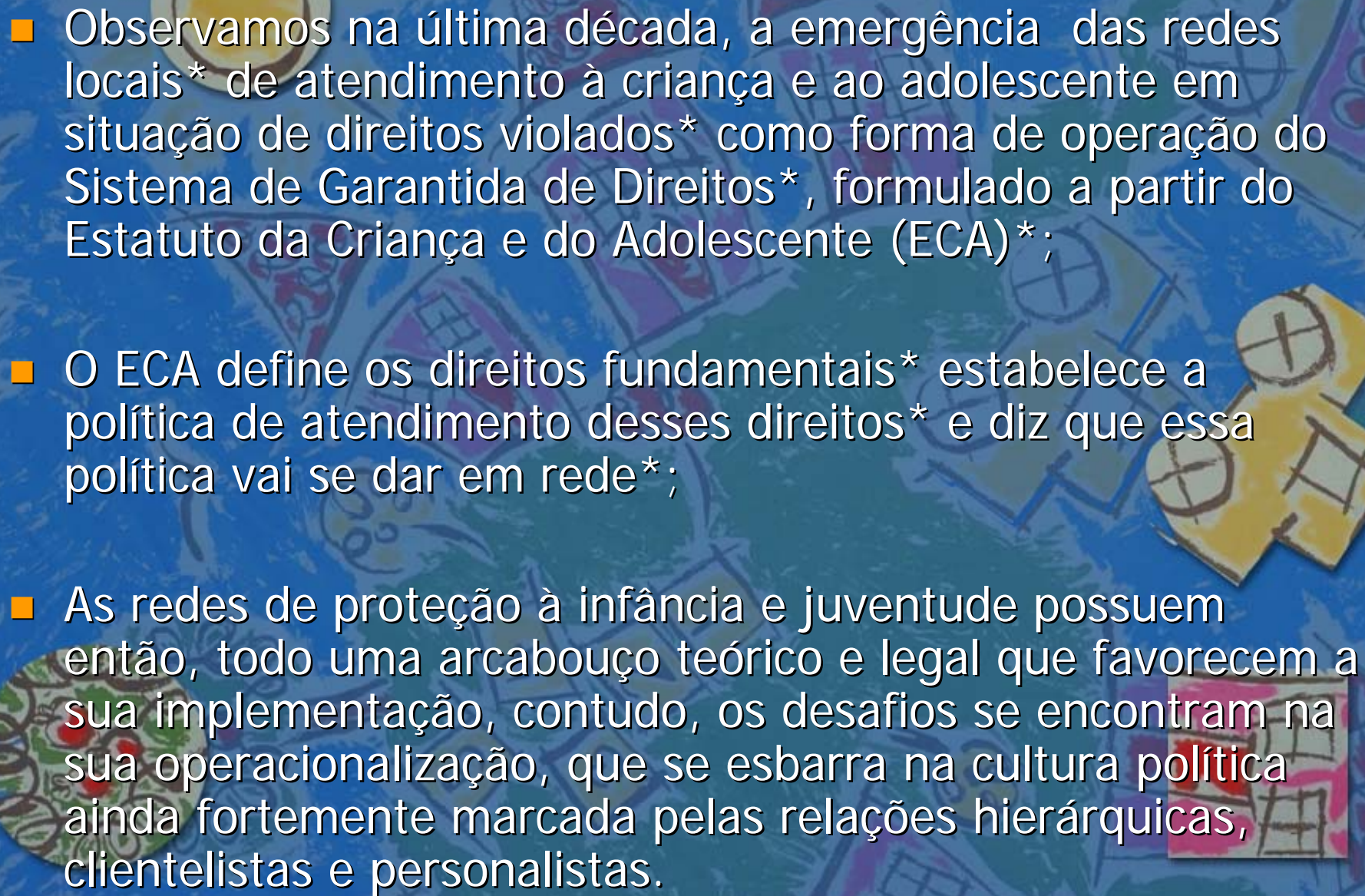
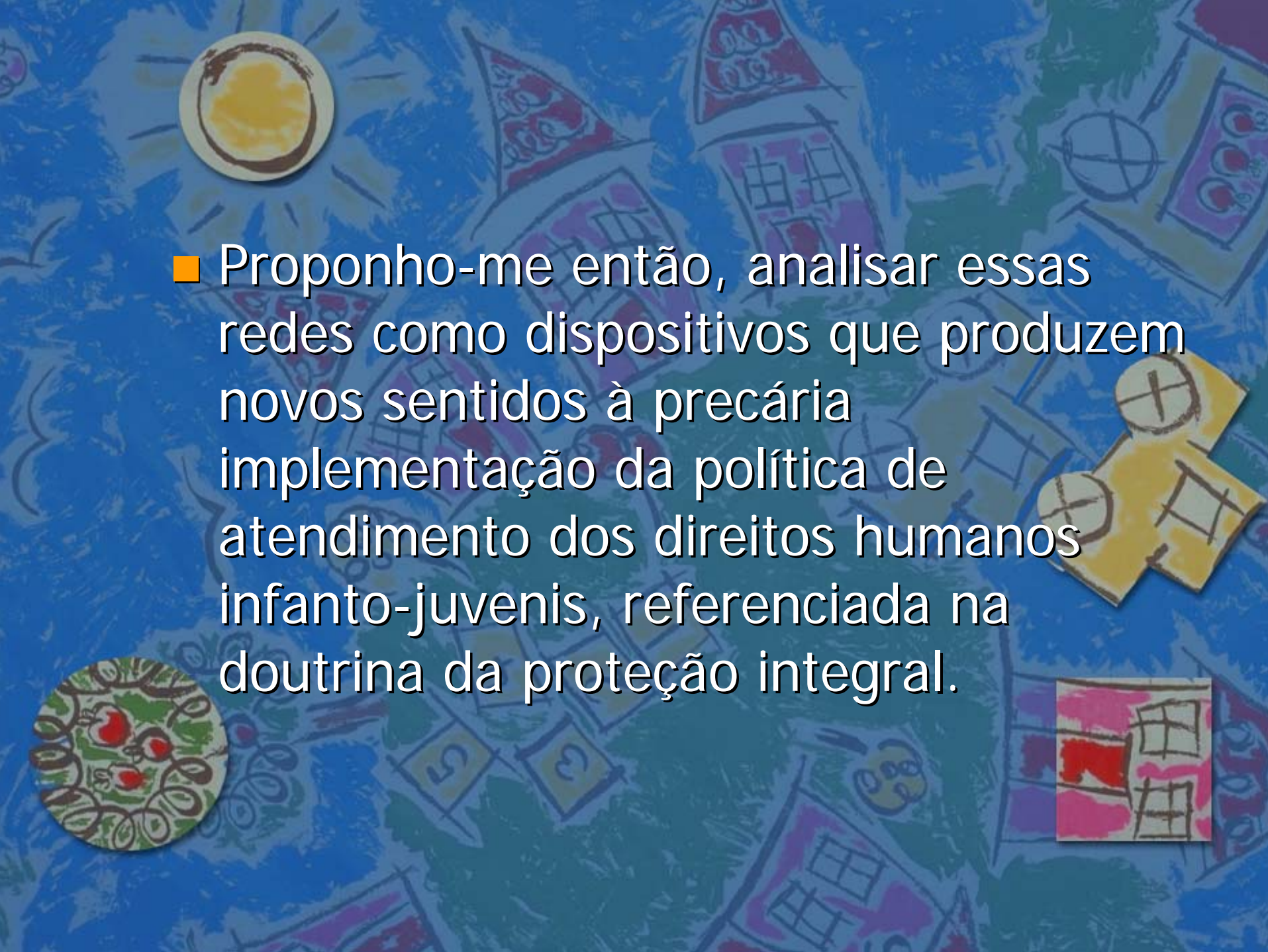


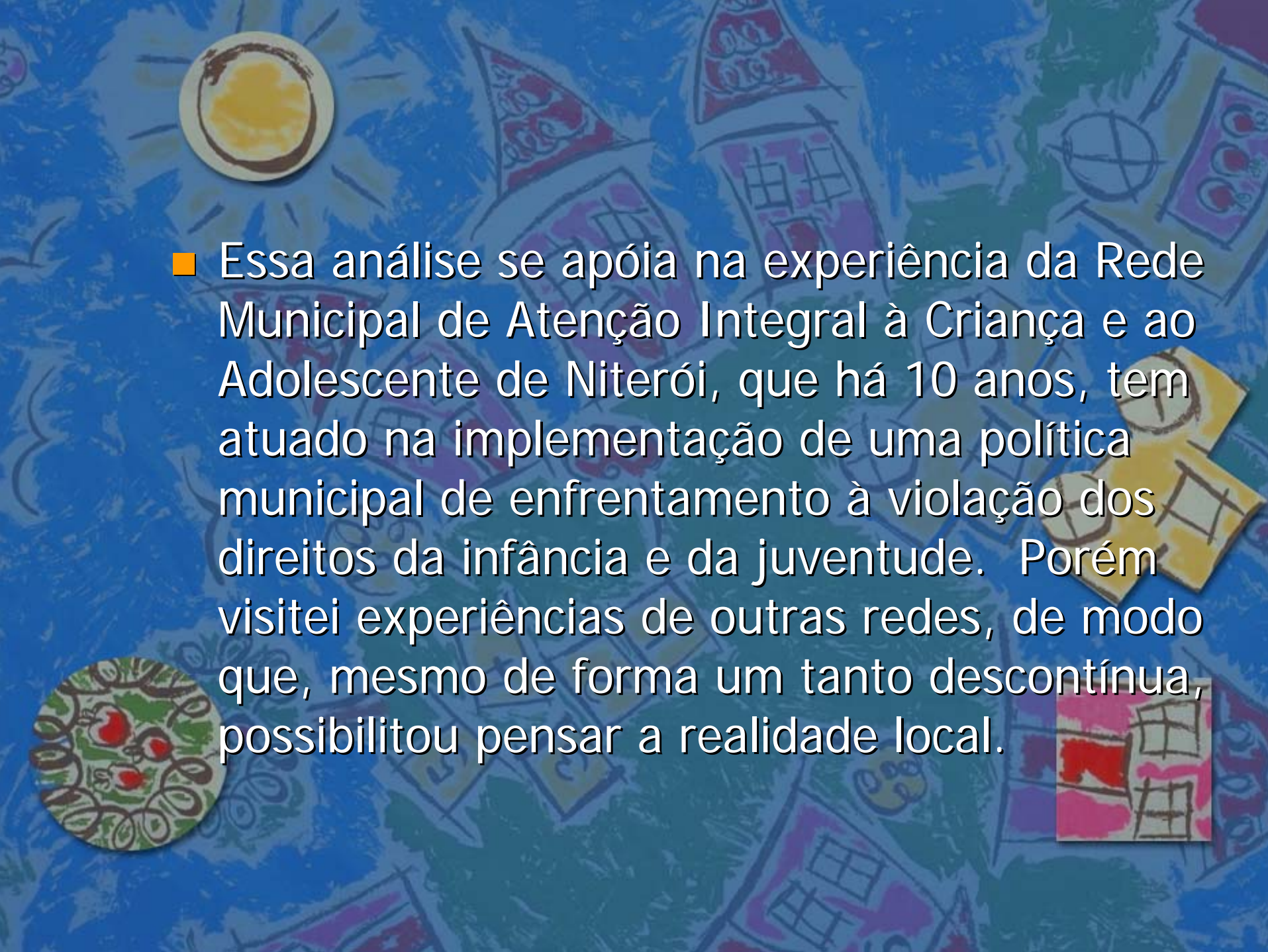
# **Redes de Proteção Social à Infância e Juventude: práticas e paradoxos da rede de Niterói**

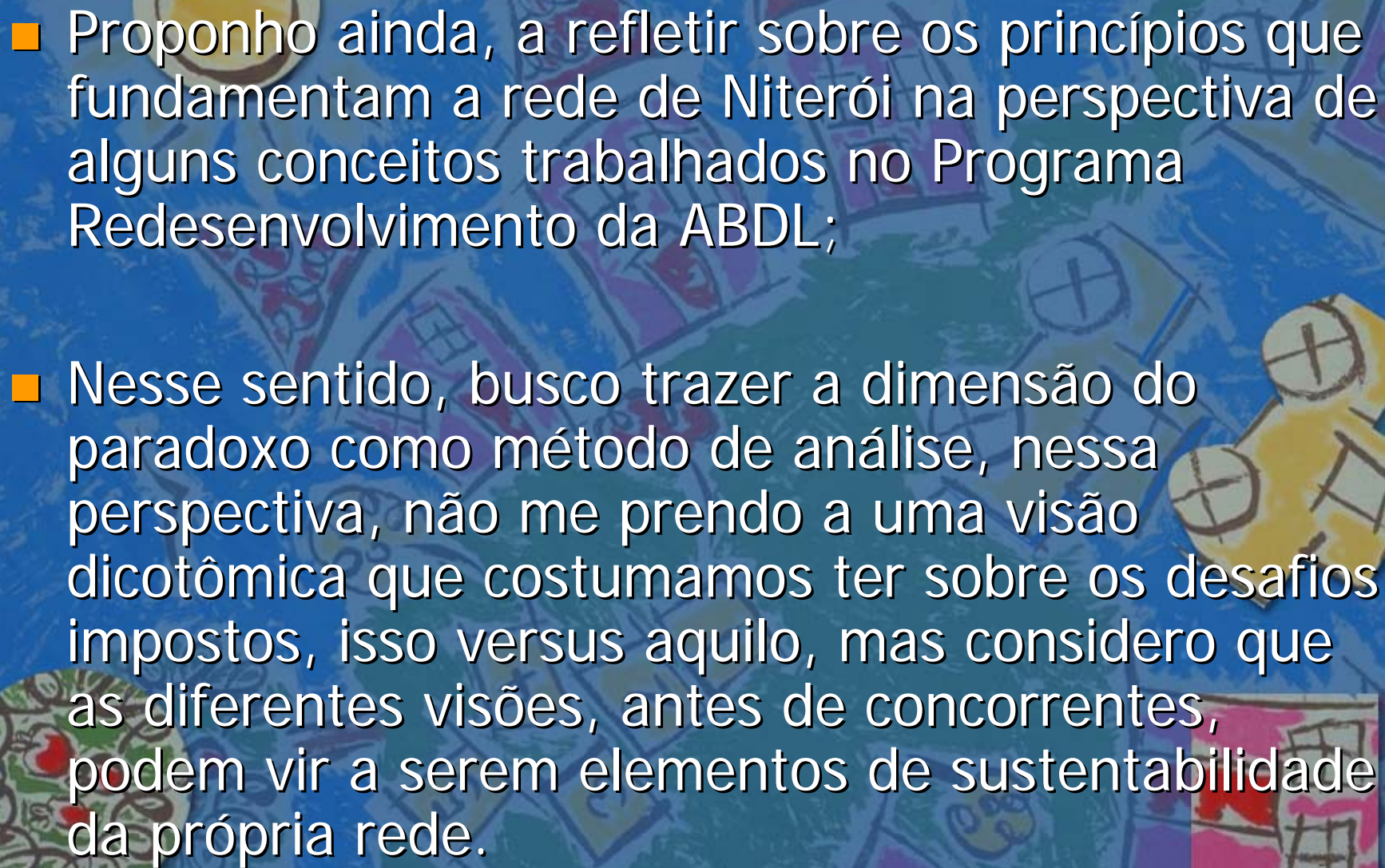
Alexandre Nascimento

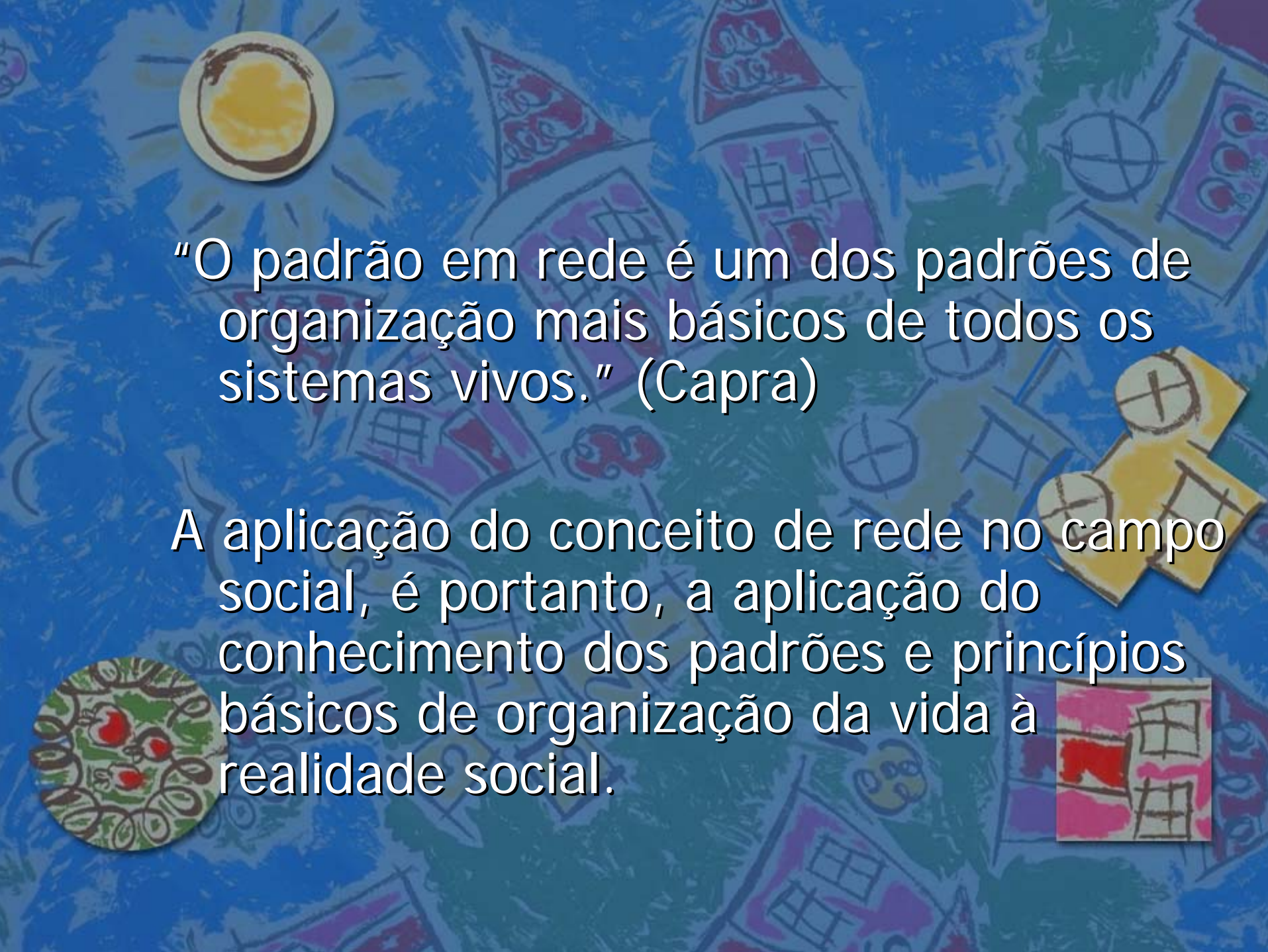
II Seminário Rede e Desenvolvimento – SP  
Julho de 2008

- 
- Observamos na última década, a emergência das redes locais\* de atendimento à criança e ao adolescente em situação de direitos violados\* como forma de operação do Sistema de Garantia de Direitos\*, formulado a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)\*;
  - O ECA define os direitos fundamentais\* estabelece a política de atendimento desses direitos\* e diz que essa política vai se dar em rede\*;
  - As redes de proteção à infância e juventude possuem então, todo um arcabouço teórico e legal que favorecem a sua implementação, contudo, os desafios se encontram na sua operacionalização, que se esbarra na cultura política ainda fortemente marcada pelas relações hierárquicas, clientelistas e personalistas.

- 
- Proponho-me então, analisar essas redes como dispositivos que produzem novos sentidos à precária implementação da política de atendimento dos direitos humanos infanto-juvenis, referenciada na doutrina da proteção integral.

- 
- Essa análise se apóia na experiência da Rede Municipal de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Niterói, que há 10 anos, tem atuado na implementação de uma política municipal de enfrentamento à violação dos direitos da infância e da juventude. Porém visitei experiências de outras redes, de modo que, mesmo de forma um tanto descontínua, possibilitou pensar a realidade local.

- 
- Proponho ainda, a refletir sobre os princípios que fundamentam a rede de Niterói na perspectiva de alguns conceitos trabalhados no Programa Redesenolvimento da ABDL;
  - Nesse sentido, busco trazer a dimensão do paradoxo como método de análise, nessa perspectiva, não me prendo a uma visão dicotômica que costumamos ter sobre os desafios impostos, isso versus aquilo, mas considero que as diferentes visões, antes de concorrentes, podem vir a serem elementos de sustentabilidade da própria rede.



“O padrão em rede é um dos padrões de organização mais básicos de todos os sistemas vivos.” (Capra)

A aplicação do conceito de rede no campo social, é portanto, a aplicação do conhecimento dos padrões e princípios básicos de organização da vida à realidade social.

- A Rede de Niterói emerge no ano de 1988, a partir da iniciativa dos órgãos e serviços de atendimento à situações de violência contra a criança e ao adolescente, são eles o Conselho Tutelar, o Juizado da Infância e Juventude, a Promotoria de Infância e Juventude e ABRÁPIA (ong que realizava estudos diagnósticos de violência doméstica).
- A motivação inicial foi de construção de um fluxo de atendimento para evitar a revitimização da criança quando a situação de violência era notificada aos órgãos de proteção. As sucessivas entrevistas e procedimentos, em alguns casos, podem ser mais agressivas e invasivas que as próprias situações de violência que lhes motivaram.
- A idéia da rede surge como estratégia para lidar com a fragmentação dos serviços, catalizando as diferentes ações. Como efeito, buscava-se a complementaridade das ações, a qualificação do atendimento e a otimização dos recursos.



O projeto coletivo:

Após dois anos de articulação, a Rede se amplia e repactua o projeto coletivo

“o que une os diferentes membros da rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns”.

(Cássio Martinho)



## Objetivo Geral:

- Integrar as ações de órgãos governamentais, entidades civis e órgãos de defesa no enfrentamento sistemático aos maus tratos – negligência, violência física, violência psicológica e violência sexual – contra a criança e ao adolescente; oferecendo um atendimento de qualidade e otimizando os recursos existentes.

## Objetivos Específicos:

- Sistematizar procedimentos de atendimento
- Ampliar e qualificar os serviços de atendimento
- Registrar e sistematizar de dados
- Subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas
- Capacitar profissionais e lideranças comunitárias
- Assessorar o poder público na elaboração de políticas
- Mobilizar a opinião pública
- Implantar Comitês de Defesa dos Direitos
- Manter o fluxo de informações entre os envolvidos na rede
- Promover ações conjuntas de captação de recursos



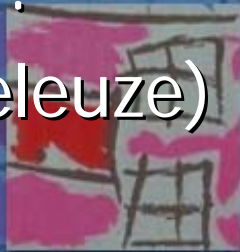
## Atores envolvidos na articulação da Rede

- Conselhos Tutelares de Niterói
- Juizado da Infância e Juventude
- Promotorias de Justiça da Infância e Juventude
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Educação
- Sub-Secretaria de Direitos Humanos
- Coordenadoria de Direitos da Mulher
- Sub-Secretaria de Adoção;
- Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos humanos – CRIAM e FIA
- Secretaria Estadual de Educação – Coordenadoria Metropolitana VIII;
- Secretaria Estadual de Saúde - Hospital Estadual Azevedo Lima
- Secretaria Estadual de Segurança – Delegacias e PM
- Universidade Federal Fluminense – HUAP, ESS
- Fórum DCA de Niterói
- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;
- Câmara de Vereadores – Comissão da Criança e do Adolescente;



## PRINCÍPIOS

I - A Proteção integral à criança e ao adolescente constitui o sentido de existência da Rede, é base do consenso ético-político;

- Proteção de quê? Proteção para quem?
  - Proteção x controle (biopoder, seg. Deleuze)
- 
- 
- 

## II - A confiança e a busca pelo consenso formam a base de sustentabilidade da parceria;


- Parceria e colaboração x competitividade. O outro não concorre, complementa.

“A vida não tomou conta do planeta de assalto, mas pela cooperação, pela formação de parcerias e pela organização em redes”  
(Capra)


- A construção de consensos não necessariamente implica em sobreposição de visões. A diversidade é que garante a sustentabilidade.

“A rede funciona pela cooperação entre diferentes”  
(Cássio Martinho).

- 10 anos de rede, 03 gestões de governo.



III - A condução da Rede deve se dar pela discussão e negociação e não pelo comando;

- Gestão compartilhada: passagens por diversas formas de co-ordenação, até a multiliderança.
- 

“Uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas.”

(Cássio Martinho)



## IV – O compromisso de organização em rede transcende o trabalho da instituição, que deve prevê-la nas suas ações;

- O compromisso com a rede e com as discussões travadas no seu âmbito, que envolvem a política de proteção à criança e ao adolescente em seus diferentes aspectos, influenciam os planejamentos das ações institucionais, que passam a incorporar as demandas apontadas por essa integração em rede.
- E assim, a rede se retroalimenta. As organizações cooperam entre si para a manutenção da rede e esta, por sua vez, potencializa as ações das organizações.
- O todo transcende à soma das partes, o todo é efeito da combinação.

V - O reordenamento institucional, em muitos casos faz-se necessário na busca pela complementaridade das ações e potencialização dos recursos;

- O respeito à autonomia, ao papel e à dinâmica de funcionamento próprio de cada estabelecimento é um princípio que rege a articulação em rede. Porém, as ações em rede devem levar, com o tempo, a transformações nesses estabelecimentos; seja do poder público estatal, para que este facilite e se engaje em parcerias deste tipo, seja no setor privado, habituado a ser contratado e não a ser parceiro, a receber recursos e não aplicar os seus junto aos recursos do Estado

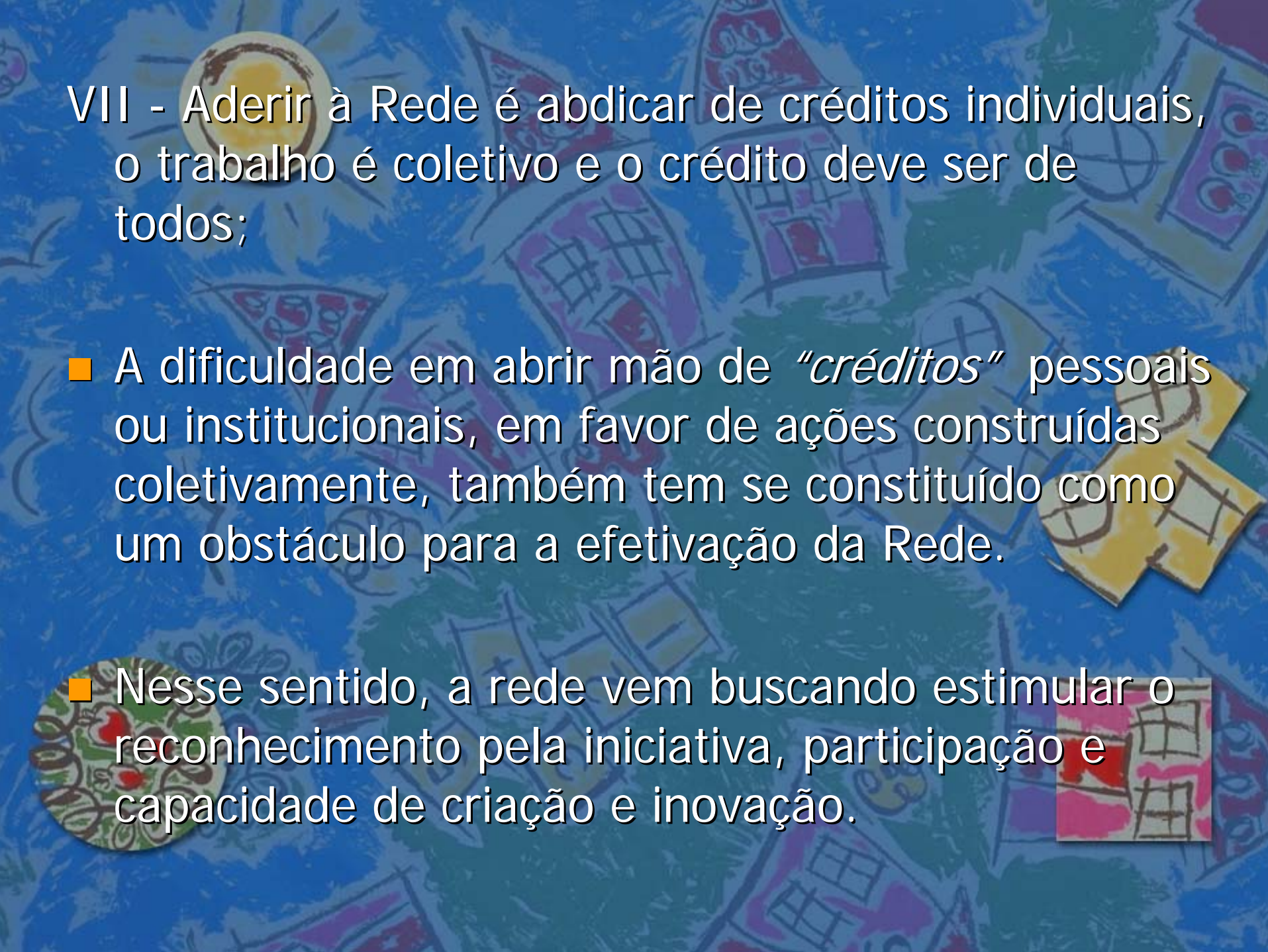
“A função de cada um dos componentes dessa rede é a de transformar ou substituir outros componentes, de maneira que a rede como um todo regenera-se continuamente. Essa é a chave da definição sistêmica da vida: as redes vivas criam ou recriam a si mesmas continuamente mediante a transformação ou a substituição dos seus componentes”  
(Capra).

VI - A capacidade de agregar pessoas e grupos, de estabelecer objetivos a médio e longo prazo e de manter a constância de propósitos é o capital social produzido com o trabalho em rede;

- O conceito de “comunidade de prática” cunhado por Etienne Wenger, se aplica bem aqui:

“À medida que, no decorrer do tempo, as pessoas dedicam-se a um empreendimento conjunto, acabam por desenvolver uma prática comum, maneiras determinadas de fazer as coisas e de relacionar-se entre si, que permitem que atinjam o seu objetivo comum. Com o tempo, a prática resultante torna-se elo que liga de maneira evidente as pessoas envolvidas”

- Para esse autor, a comunidade de prática é uma comunidade caracterizada por três traços principais: um compromisso mútuo assumido entre os membros, um empreendimento comum e, com o tempo, um “repertório” comum de rotinas, conhecimentos e regras tácitas de conduta.




VII - Aderir à Rede é abdicar de créditos individuais, o trabalho é coletivo e o crédito deve ser de todos;

- A dificuldade em abrir mão de “*créditos*” pessoais ou institucionais, em favor de ações construídas coletivamente, também tem se constituído como um obstáculo para a efetivação da Rede.
- Nesse sentido, a rede vem buscando estimular o reconhecimento pela iniciativa, participação e capacidade de criação e inovação.

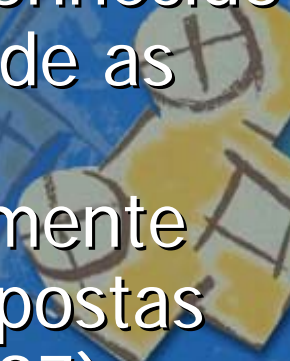
## VIII - A descentralização e a integração do atendimento pressupõe partilha de poder.


- As redes pressupõem uma forma de organização horizontal, não-hierarquizada, que permite a reunião dos diferentes atores sociais em torno de uma proposta comum, aqui sustentada na proteção social de crianças e adolescentes.






IX - A municipalização não deve ser confundida com  
prefeiturização das ações;

- No contexto da descentralização político-administrativa, o território passa a ser reconhecido como o *lócus* privilegiado das relações, onde as demandas aparecem e onde se constrói a organização popular que discute concretamente seus conflitos, suas necessidades e as propostas adequadas para superá-los (Scheinvar, 1997).
- 






“A rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial”





X - A rede pré-existe, o trabalho é identificá-la e fortalecê-la.

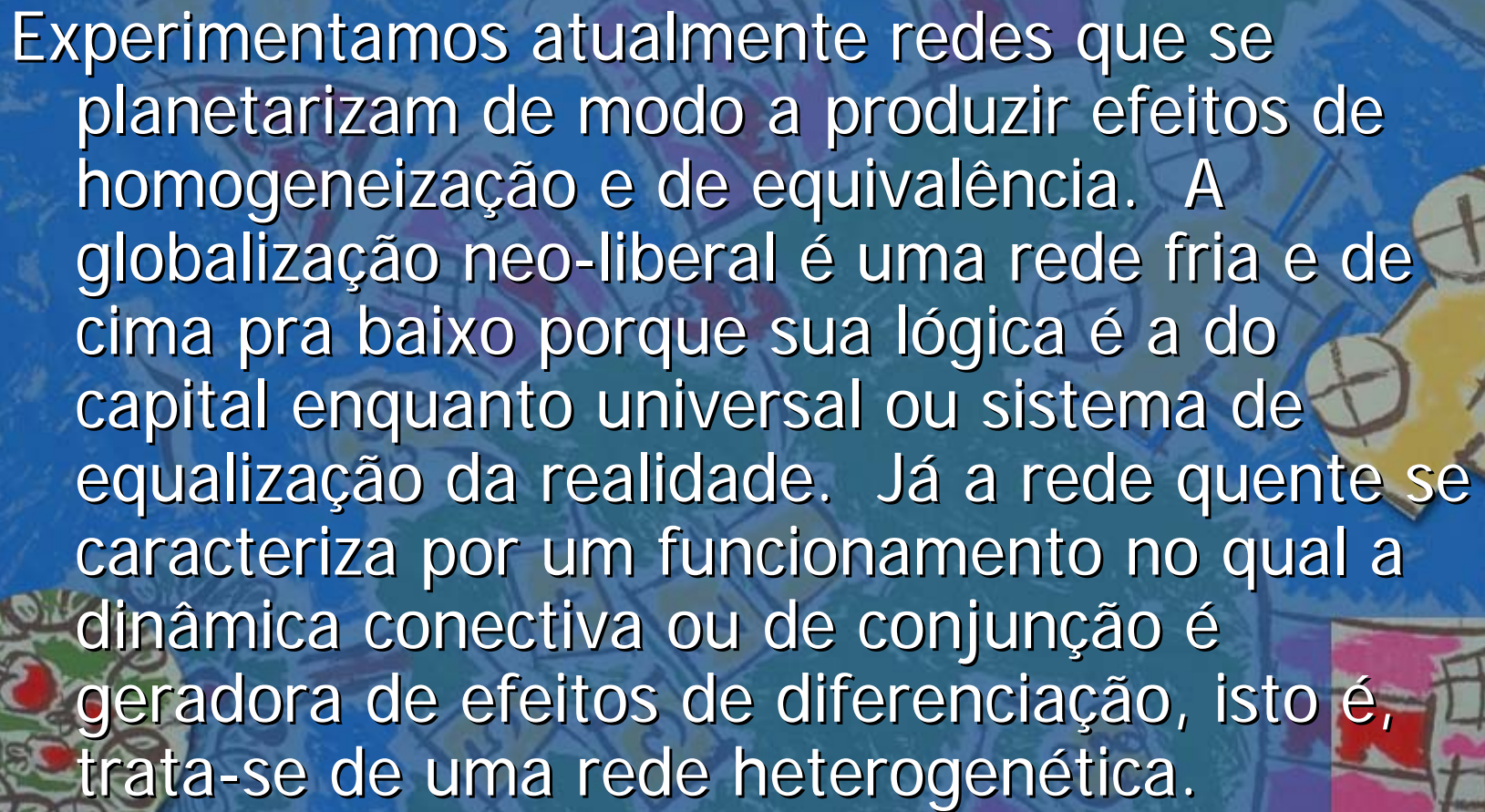
- A rede precisa ser tecida
  - O trabalho é o de animação
  - Importante salientar a inovação como elemento como elemento estruturante das redes "O surgimento espontâneo – emergência – resulta da criação de novidades, e essas novidades são qualitativamente diferentes dos fenômenos a partir dos quais surgem"
- 
- 
- 



Para Capra: "Onde quer que haja vida, há redes"

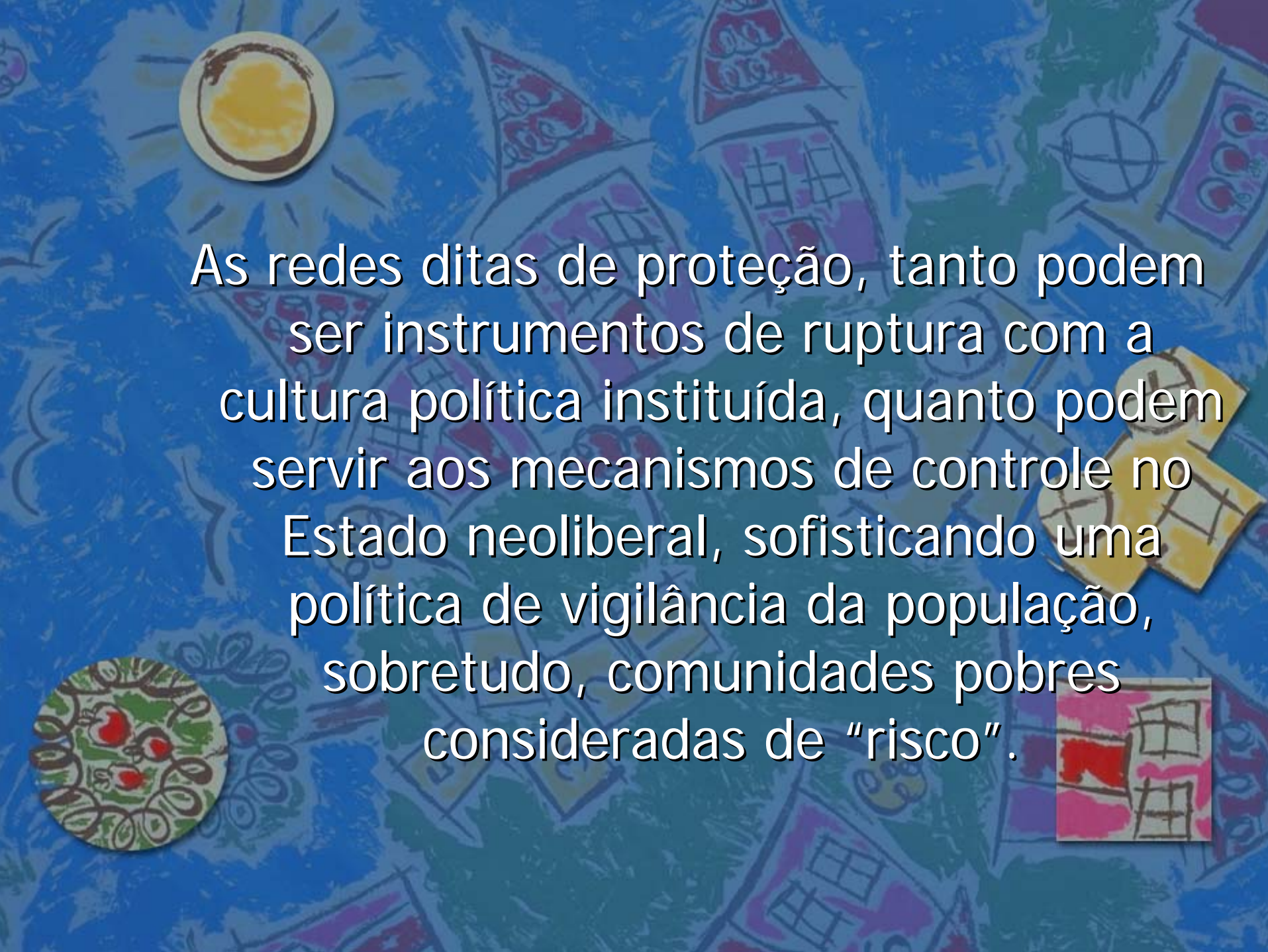
Para Castells, a própria contemporaneidade pode ser definida pelo "estar em rede"

Podemos visualizar então, o modo de organização em rede como método de gestão da vida na sociedade contemporânea do capitalismo globalizado – que se sustenta na criatividade e inovação; na flexibilidade e adaptabilidade e na globalização e concentração descentralizada.

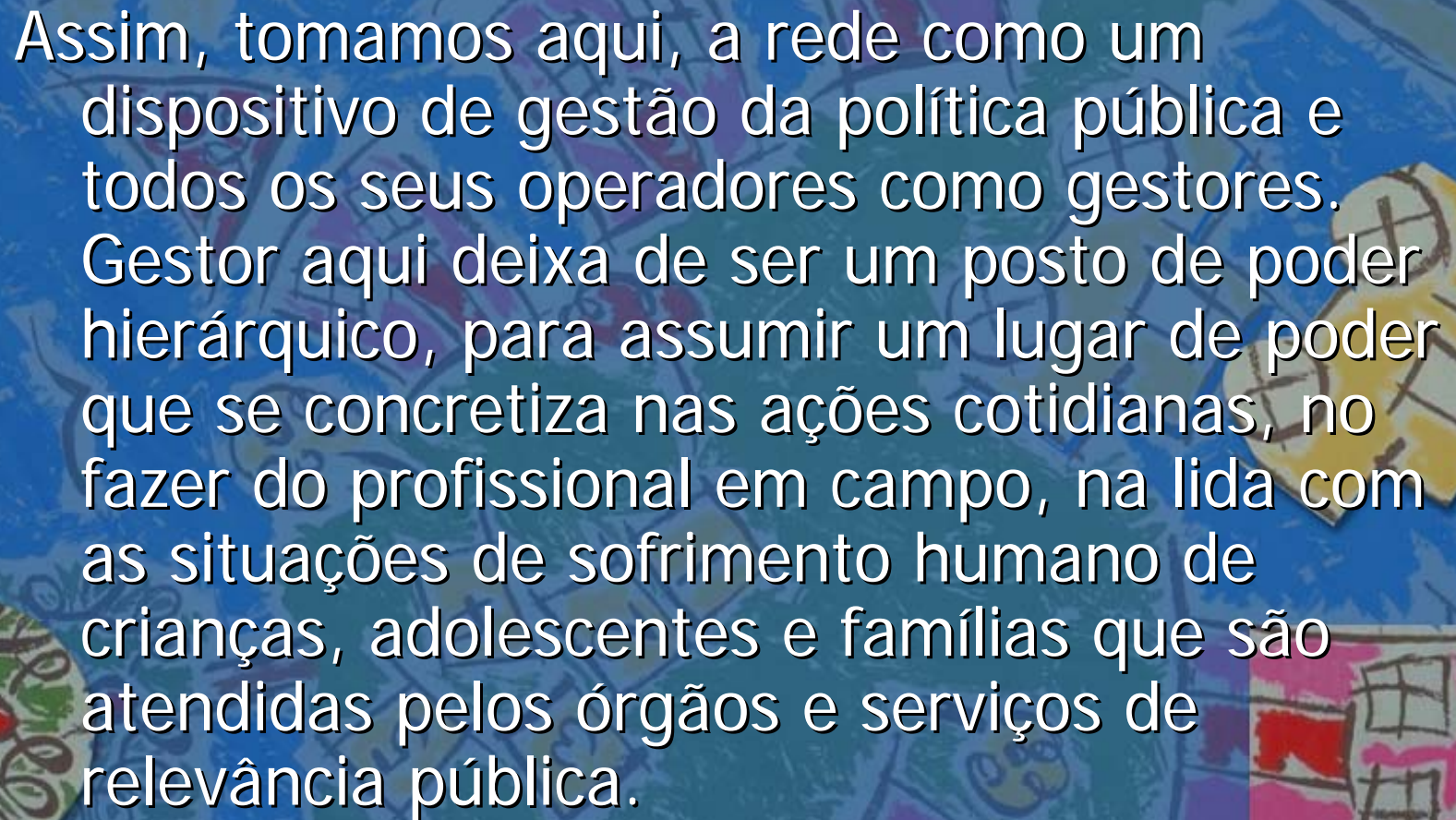


Experimentamos atualmente redes que se planetarizam de modo a produzir efeitos de homogeneização e de equivalência. A globalização neo-liberal é uma rede fria e de cima pra baixo porque sua lógica é a do capital enquanto universal ou sistema de equalização da realidade. Já a rede quente se caracteriza por um funcionamento no qual a dinâmica conectiva ou de conjunção é geradora de efeitos de diferenciação, isto é, trata-se de uma rede heterogenética.

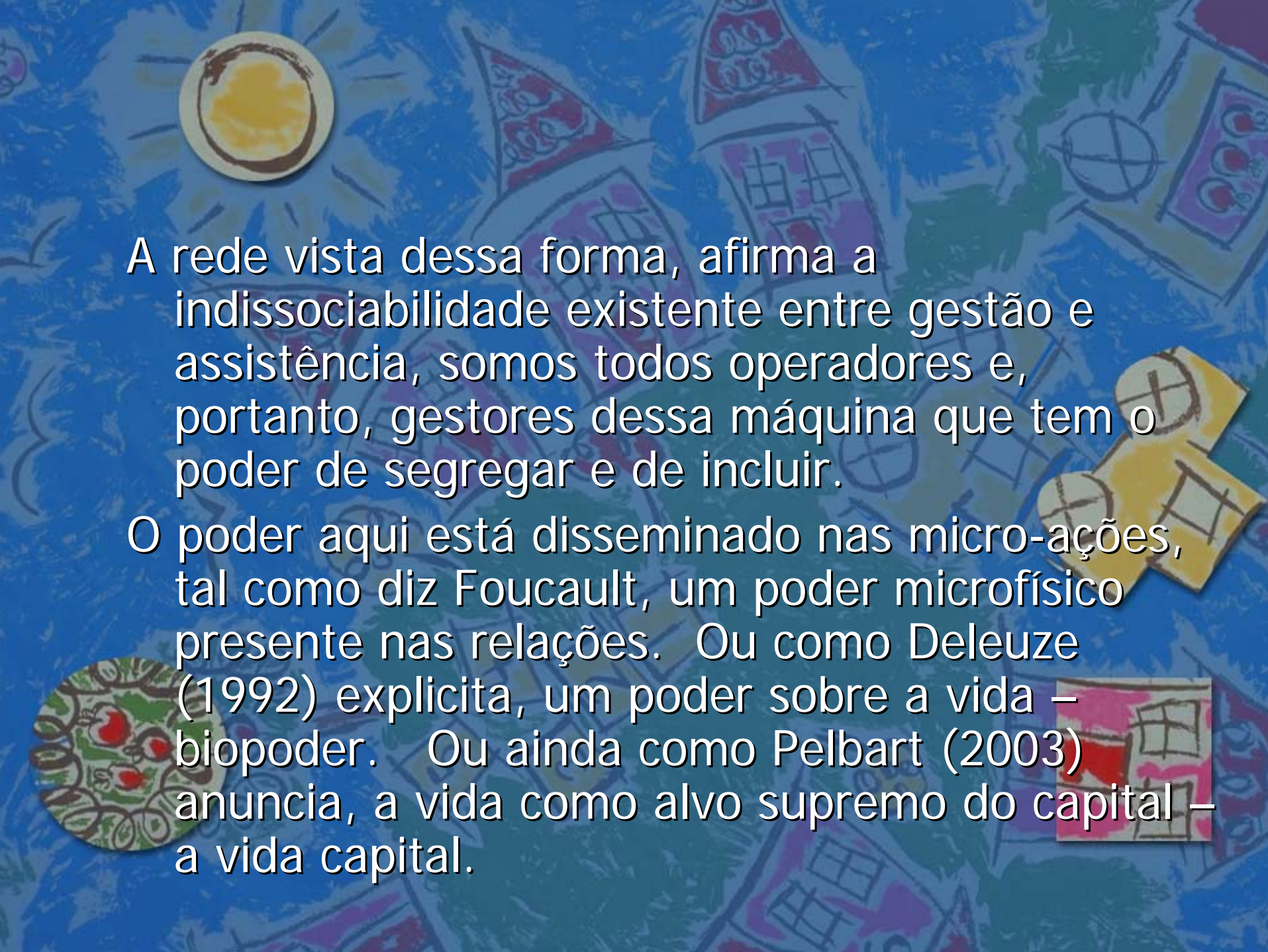
(PASSOS e BARROS, 2004).



As redes ditas de proteção, tanto podem ser instrumentos de ruptura com a cultura política instituída, quanto podem servir aos mecanismos de controle no Estado neoliberal, sofisticando uma política de vigilância da população, sobretudo, comunidades pobres consideradas de "risco".

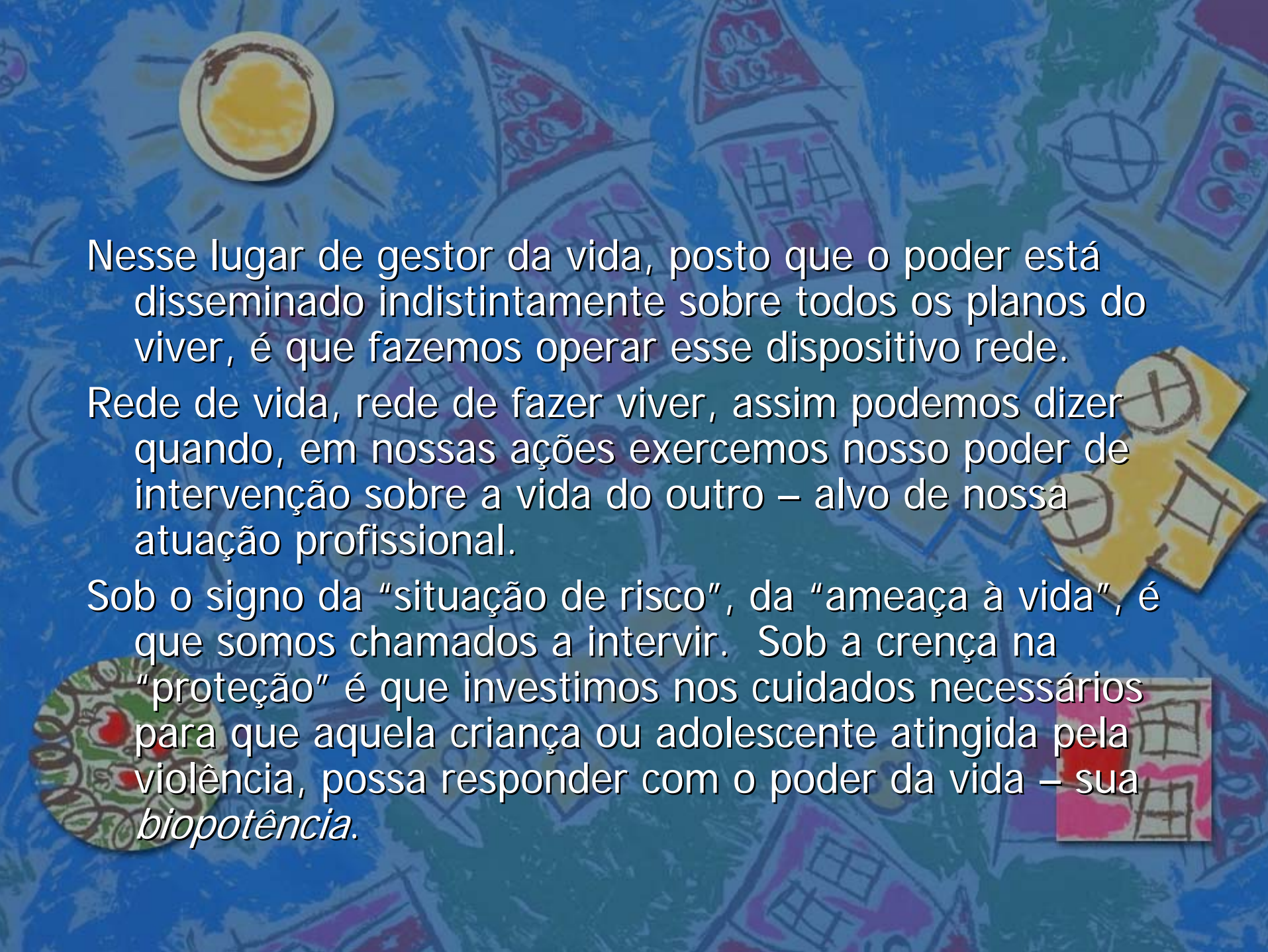


Assim, tomamos aqui, a rede como um dispositivo de gestão da política pública e todos os seus operadores como gestores. Gestor aqui deixa de ser um posto de poder hierárquico, para assumir um lugar de poder que se concretiza nas ações cotidianas, no fazer do profissional em campo, na lida com as situações de sofrimento humano de crianças, adolescentes e famílias que são atendidas pelos órgãos e serviços de relevância pública.



A rede vista dessa forma, afirma a indissociabilidade existente entre gestão e assistência, somos todos operadores e, portanto, gestores dessa máquina que tem o poder de segregar e de incluir.


O poder aqui está disseminado nas micro-ações, tal como diz Foucault, um poder microfísico presente nas relações. Ou como Deleuze (1992) explicita, um poder sobre a vida – biopoder. Ou ainda como Pelbart (2003) anuncia, a vida como alvo supremo do capital – a vida capital.



Nesse lugar de gestor da vida, posto que o poder está disseminado indistintamente sobre todos os planos do viver, é que fazemos operar esse dispositivo rede.

Rede de vida, rede de fazer viver, assim podemos dizer quando, em nossas ações exercemos nosso poder de intervenção sobre a vida do outro – alvo de nossa atuação profissional.

Sob o signo da “situação de risco”, da “ameaça à vida”, é que somos chamados a intervir. Sob a crença na “proteção” é que investimos nos cuidados necessários para que aquela criança ou adolescente atingida pela violência, possa responder com o poder da vida – sua *biopotência*.



# REDE MUNICIPAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Alexandre Nascimento

Psicólogo, Consultor em Direitos Infanto-Juvenis

[alexandre.niteroi@ig.com.br](mailto:alexandre.niteroi@ig.com.br)

(21) 9152-3659